

## Resumo alargado

A presente dissertação de mestrado enquadra-se na área do Desenvolvimento Sustentável. Está direccionada para o desenvolvimento urbano das cidades, no contexto português, em particular, nas zonas ribeirinhas e orlas costeiras e para a forma como a sua evolução poderá caminhar para a sustentabilidade.

A intenção desta investigação centra-se no tema do Desenvolvimento Urbano Sustentável, e na aproximação à criação de um processo metodológico que integre de forma coerente as fases de planeamento urbano, projecto de arquitectura, construção e a sua posterior avaliação, tendo em vista as exigências na implementação dos princípios da sustentabilidade no desenvolvimento das cidades.

Deste modo, pretende-se fazer uma aproximação deste processo às zonas ribeirinhas e orlas costeiras, pois estas fazem parte integrante da origem de muitas cidades pelas condições proporcionadas pela proximidade da água. Para uma percepção correcta das ameaças e oportunidades que existem actualmente, é necessário perceber a evolução destas zonas ao longo do tempo, segundo os vários factores às quais estas estão interligadas.

Neste contexto, foi escolhida a cidade de Portimão para desenvolver um caso de estudo sobre o tema do Desenvolvimento Urbano Sustentável nas Zonas Ribeirinhas e Orlas Costeiras, pois existem importantes zonas expectantes da cidade, precisamente nestes locais.

Os objectivos deste trabalho baseiam-se na recolha e análise bibliográfica sobre os contributos, no contexto português, ao nível do desenvolvimento sustentável, do planeamento urbano, do projecto de arquitectura, da construção e da posterior avaliação da utilização dos espaços projectados, e a sua possível ligação com os princípios da sustentabilidade, no intuito de se procurar criar um processo metodológico para um Desenvolvimento Urbano Sustentável. Este processo procura aumentar a eficiência na implementação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável na reconversão de espaços urbanos existentes nas cidades, em particular nas zonas ribeirinhas e orlas costeiras portuguesas. Após o enquadramento e desenvolvimento teóricos dos conceitos atrás referidos, a intenção é fazer uma aplicação na zona ribeirinha de Portimão.

A presente dissertação de mestrado está estruturada em 5 capítulos. O capítulo 1 faz uma primeira aproximação ao tema do Desenvolvimento Urbano Sustentável e à sua importância na evolução das cidades actuais, e na consciência “verde” por parte da população face às ameaças actuais. Traça uma breve introdução ao cenário das zonas ribeirinhas e orlas costeiras e ao caso de estudo, a zona ribeirinha de Portimão.

O capítulo 2 desenvolve o conceito de Desenvolvimento Urbano Sustentável, através do seu enquadramento teórico, mostrando a sua evolução conceptual. Propõe de seguida um possível

processo de aplicação prática deste, sendo constituído por duas fases, a primeira, de carácter estratégico, abordando os princípios do Desenvolvimento Sustentável, do Desenvolvimento Urbano Sustentável e a primeira fase do seu processo, de planeamento urbano.

Desta forma, para o conceito de Desenvolvimento Sustentável existem diferentes abordagens, como também, diferentes definições para o mesmo, possuindo diferentes níveis de abrangência. Entre outras definições, o desenvolvimento sustentável "... vai ao encontro das necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de desenvolvimento próprio das gerações futuras." (WCED, 1987:43), relacionando a dimensão inter-geracional, mas não apontando objectivos nem um horizonte temporal relativos às gerações futuras como também às necessidades humanas;

Esta atitude teve origem no relatório elaborado pelo MIT encomendado pelo Clube de Roma, intitulado " Os Limites de Crescimento", desenvolvendo o conceito de "eco desenvolvimento" em 1970, o qual foi proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1972 na cidade de Estocolmo, dando origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

No início da década de 80, a ONU retomou o debate das questões ambientais, criando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada pela Primeira-ministra Norueguesa, Gro Harlem Brundtland, atribuindo a missão de elaborar um estudo que visasse a definição de uma nova declaração universal sobre a protecção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A ideia deste relatório era implementar o conceito de "desenvolvimento sustentável" como forma de crescimento com preocupações com o meio ambiente, formalizando um processo de identificação do impacto das intervenções no meio ambiente, resultando na execução de projecto de arquitectura que alie a produção e a preservação ambiental, utilizando a tecnologia adaptada a cada exemplo.

Mais tarde, em 1992 realizou-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), proposta pelo Relatório de Brundtland, na cidade do Rio de Janeiro ficando conhecida pela ECO-92 ou RIO-92, ou ainda Cimeira da Terra, tendo grande importância para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e para a consciencialização dos problemas relacionados com o meio ambiente.

Como um dos principais resultados da conferência ECO-92, a Agenda 21 foi um dos documentos finais que estabeleceu, para cada País Membro, a necessidade de reflectir, global e localmente, sobre a forma como todos os sectores da sociedade pudessem cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais

A Agenda 21 vai definir medidas orientadoras necessárias durante o presente século para que a transição para a sustentabilidade se concretize. Um dos elementos práticos desta, é a Agenda 21

Local que aparece pela primeira vez na Agenda 21 no capítulo 28, “as autoridades locais são desafiadas a implementar planos de acção para a concretização dos princípios da sustentabilidade ao nível local, em conjunto com diversos parceiros e envolvendo todos os actores da comunidade.

Embora a União Europeia não tenha qualquer competência ao nível das questões urbanas, as suas políticas de coesão bem como as políticas sectoriais nas áreas dos transportes, ambiente e questões sociais, por exemplo, podem ter um impacto muito significativo ao nível das cidades e da sua capacidade para lidar com as mudanças. Deste modo, é necessário uma política integrada de desenvolvimento urbano, que combine todas as políticas relevantes da UE e que envolva os actores a todos os níveis – local, regional, nacional e comunitário. Com a Carta de Leipzig, os 27 Estados-membros definiram, pela primeira vez, o modelo ideal de cidade para a Europa do século 21 e acordaram estratégias comuns para uma política de desenvolvimento.

Sendo o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mais amplo, ligado a estratégias políticas de intervenção, inserido num conjunto de áreas políticas, que têm como base da sua política a optimização de recursos, diminuições de pressões sobre recursos naturais desenvolvendo soluções que permitam acabar, ou minimizar problemas existentes. É imperativo dar a conhecer essas estratégias, interligando com as opções de planeamento e conseqüente tratamento destas zonas.

A definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e a sua implementação exigem mecanismos que possam assegurar a sua profunda integração com as políticas de governo, a articulação com a estratégia de desenvolvimento sustentável a nível comunitário e a garantia da coerência entre as diversas políticas públicas tendo em conta o seu carácter transversal, estando presentes estas exigências, no caso português, na elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e o seu respectivo Plano de Implementação (PIENDS).

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) enuncia uma estratégia de referência para a acção, para um horizonte temporal 2007-2015, visando dar uma consistência global aos diversos programas de iniciativa pública na preparação e implementação e funcionando como instrumento de mobilização e concertação para as iniciativas e acções dos agentes económicos, sociais e culturais da sociedade civil.

O desenvolvimento urbano sustentável consiste num processo, que necessita de uma aprendizagem colectiva, de capacidade de resolução de conflitos e de capacidade de desenho estratégico, e não de uma aplicação de um modelo óptimo definido uma única vez e para sempre. Trata-se de considerar ao mesmo tempo, os distintos sistemas que compõem a cidade (o sistema económico, o sistema social, o sistema físico e o sistema ambiental), dentro das suas interacções dinâmicas e da unidade do seu resultado, e não, simplesmente, somar aspectos distintos e objectivos diferentes. Trata-se de

assumir o seu processo evolutivo, caracterizado pela sua complexidade, com os seus componentes de não linearidade, de acumulatividade e de irreversibilidade.

Segundo Camagni (2005), para se poder alcançar este objectivo, é necessário a integração entre os princípios reguladores dos diferentes sistemas, procurando atingir:

- uma eficiência contratual a longo prazo, através da internacionalização dos custos sociais e da construção de mercado que valorize as vantagens futuras e não só as imediatas;
- uma eficiência distributiva, que permita ao maior número de cidadãos, desfrutar dos seus serviços, da variedade de opções disponíveis. A cidade deve proteger a diversidade, deve defendê-la, integrá-la e reproduzi-la, garantindo a ausência de discriminações, a permeabilidade e a mobilidade vertical da população, a maior acessibilidade a oportunidades, ou seja, a cidade sustentável não é uma cidade sem conflitos, é sim, uma cidade que sabe gerir os conflitos;
- uma equidade ambiental, tanto inter como intrageracional, não se tratando de dispor de valores ambientais, mas sim de garantir o seu acesso e desfrute a todos os cidadãos presentes e futuros.

Em termos normativos, manifesta-se o problema da sustentabilidade urbana, podendo ser abordada, segundo Camagni (2005), através de três âmbitos diferentes: a tecnologia; o território e a forma urbana; os estilos de vida e de organização de trabalho social.

Distingue-se em ambos os casos, objectivos e intervenções a curto prazo e a longo prazo. A curto prazo, o caminho para a sustentabilidade prevê a substituição entre os inputs do processo produtivo mantendo a mesma estrutura global deste, e a modificação dos modelos de mobilidade mantendo as mesmas localizações, residenciais e produtivas.

A longo prazo, também se pode intervir nas tecnologias e sobre a forma urbana, através da modificação das formas de funcionamento da cidade e das suas actividades, existindo uma precisa simetria entre característica da tecnologia, as características do território e as formas de sua utilização.

Em termos dos estilos de vida e hábitos da população e modelos organizacionais, será mais complicado, uma vez que, estando estes inculcidos no quotidiano, deverá, no âmbito da intervenção pública, incentivar a mudança de hábitos, de forma indirecta e gradual. Não será correcto mudar radicalmente, ainda que necessário, os estilos de vida ocidentais, caracterizados por individualismo, consumos ostentosos e de não serem sustentáveis, sendo essencial exigir uma política de desincentivo a produtos com comprovado elevado impacto ambiental negativo.

No contexto deste trabalho, interessa entender de que forma podemos caminhar para um desenvolvimento urbano sustentável, de que forma se estruturará este processo, e como é que este poderá ser aplicado.

A proposta desta dissertação é de estabelecer uma hierarquia/método, de aplicação aos espaços urbanos, do conceito de desenvolvimento urbano sustentável, sendo as fases constituintes deste, as seguintes:

- 1- fase de planeamento urbano, de acordo com os princípios do planeamento urbano sustentável;
- 2- fase de projecto de Arquitectura, seguindo as bases da Arquitectura sustentável e os princípios da arquitectura bioclimática;
- 3- fase de construção, tendo por base a prática da construção sustentável;
- 4- fase de avaliação, segundo os sistemas de apoio e avaliação à construção sustentável.

Ou seja, este processo poderá permitir, de forma coerente e metódica, a procura da sustentabilidade em todas as fases do desenvolvimento urbano, sendo, desta forma possível, reduzir os efeitos negativos que possam decorrer deste processo.

A intenção deste método é que, em cada uma das suas fases, se possa reflectir sobre as preocupações de sustentabilidade, potenciando um acompanhamento constante dos seus objectivos e princípios, nas diferentes vertentes de cada fase, com a finalidade de se atingir um melhor resultado a nível desempenho, pensando no conjunto das fases como um todo coerente, ao invés de um processo fragmentado em que cada entidade interveniente partilha diferentes princípios, podendo estes, ser ou não, sustentáveis. Neste último caso, será na fase de avaliação, que esta evidente falta de coerência se irá manifestar no resultado.

De seguida procede-se ao enquadramento do planeamento urbano na Europa e em Portugal, procurando contextualizar historicamente a evolução do quadro legal do planeamento urbano, como também do recente conceito de Planeamento Urbano Sustentável. Neste contexto, faz-se uma aproximação ao processo de Planeamento Urbano Sustentável e à renovada importância que o Zonamento poderá vir a ter neste processo.

A componente ambiental no processo de planeamento urbano é bastante importante, uma vez que, não sendo o ambiente um sector da actividade humana, as actividades humanas, estas sim, devem poder integrar-se, de forma equilibrada com o ambiente, procurando controlar no processo de planeamento a localização, a construção, o nível da qualidade dos espaços e a qualidade de vida das populações, no intuito de prevenir perturbações que as acções de planeamento possam causar ao equilíbrio natural local.

A integração da componente ambiental no planeamento urbano é uma acção que tem vindo a ser realizada em função de uma maior consciencialização por parte dos vários intervenientes no processo, mas que continua a pecar por falta de um enquadramento legal do sistema de planeamento.

O desenvolvimento do processo de Planeamento Urbano Sustentável necessita, deste modo, que surjam contribuições, no intuito de serem elaboradas metodologias promotoras de operacionalidade

processual efectiva ao nível da rigorosa definição de objectivos, da recolha e tratamento de informação das componentes ambiental, económica e social, do incentivo à participação pública, com vista à determinação das capacidades de carga do meio e à elaboração de cenários que determinem qual o caminho mais eficiente em termos globais e locais.

Ainda no capítulo 2, faz-se referência à segunda parte do processo, composto pela Arquitectura Sustentável, englobando as fases de projecto de Arquitectura Sustentável, de Construção Sustentável, e de Avaliação da Construção Sustentável. Esta dissertação vai focar-se na primeira fase, procurando resumir a segunda fase ao essencial.

A Arquitectura Sustentável é, nos dias de hoje, e face à crise ambiental global que se vive, a resposta que a União Europeia e os governos nacionais procuram para elevar os padrões de desenho do edifício, estendendo-se este conceito às cidades, de forma a tornar global a consciência sustentável.

O desenho verde apresenta várias vantagens em relação à arquitectura tradicional, pois através de desenho energeticamente eficiente, conseguem-se contínuas poupanças financeiras de vital importância na vida diária. Os métodos do desenho sustentável proporcionam uma oportunidade para reintegrar saberes que foram relegados no século passado sendo abordados, de forma sintética, os temas da geometria solar, da iluminação natural, do conceito de arquitectura bioclimática, das estratégias bioclimáticas, os sistemas passivos nos edifícios, e os recursos naturais, materiais e resíduos.

A construção sustentável assenta na consideração das características ambientais presentes e na integração no projecto destes elementos, respeitando os valores mais sensíveis e protegidos e, se possível, valorizando-os. A utilização dos recursos nas diferentes fases do ciclo de vida, deve ser considerada no sentido de reduzir o seu consumo, os materiais, a energia e a água e apostar na eficiência e na utilização preferencial de recursos renováveis, tendo em consideração a sua taxa de renovação.

Caminhar para este novo paradigma e para uma prática de construção sustentável, é um desafio, fundamental, de procura de equilíbrio ambiental e eficiência, devendo agir-se a nível local, pensando globalmente, de forma atingir um efectivo desenvolvimento sustentável em Portugal.

A capacidade de identificar os aspectos essenciais da sustentabilidade constitui um factor chave no apoio e avaliação da construção sustentável, traduzindo-se na capacidade de desenvolver e assegurar esses aspectos nos empreendimentos, assim como em avaliar, reconhecer ou certificar as práticas de construção sustentável.

As abordagens que se têm revelado mais úteis na construção sustentável de empreendimentos têm sido a avaliação ambiental estratégica, os estudos de impacte ambiental. Recentemente, tem-se

verificado o aumento da importância, neste tipo de construção, dos sistemas de avaliação integrados nos projectos, em especial à escala da propriedade ou das propriedades.

No contexto português, caminhar para a sustentabilidade, segundo o sistema LiderA, passa por reposicionar a dimensão ambiental, desde da fase inicial (planeamento), assumindo-a em termos estratégicos, devendo ser elaborada numa perspectiva de procura de integração, no âmbito da dinâmica do empreendimento, estabelecendo, desde logo, os princípios da abordagem, os quais devem ser definidos numa lógica de política ambiental para a sustentabilidade, assumindo a Agenda 21 como referência.

No capítulo 3 é feito um enquadramento das zonas ribeirinhas e orlas costeiras de forma a compreender a evolução destas zonas, a sua ocupação, as condicionantes e influências a que estão sujeitas, e de que forma se pode minimizar as consequências, através de uma gestão integrada destas zonas com os princípios de Desenvolvimento Sustentável.

O litoral português foi com frequência, alvo de vários tipos de invasões por povos provenientes de regiões mais setentrionais (normandos, vikings, etc.), havendo perdurado o flagelo do corso e da pirataria até ao séc. XVIII. Contudo, impunha-se que o Rei estabelecesse a sua soberania sobre estes locais vulneráveis, pouco habitados, de forma a conseguir consolidar o território, nos casos mais complicados de zonas fronteiriças e do litoral.

A evolução do litoral até ao século XIX remonta desde que o nível do mar atingiu aproximadamente a cota actual. Nos finais do século XIX e inícios do século XX, os impactes antrópicos nas zonas costeiras foram pequenos, onde a evolução do litoral desenvolvia-se de forma natural, respondendo aos factores climáticos e oceanográficos naturais, embora as actividades humanas geradoras de impactes no litoral se tenham ampliado à medida que os séculos decorriam e a curva demográfica crescia.

A ocupação turística das zonas costeiras foram, em geral, determinadas pelos gostos e práticas dos estratos sociais mais elevados, tendência essa, que associada a outros factores como o aumento generalizado do poder económico das populações, a revolução nos transportes (o automóvel e o comboio e, mais tarde, o avião), a progressiva melhoria das acessibilidades, e o início da consagração dos tempos livres (com particular acuidade para o reconhecimento do direito a férias), levou a uma expansão do turismo balnear para a generalidades das classes sociais.

Durante o século XX, quase ao mesmo tempo, verificam-se dois fenómenos incompatíveis indutores de intensa erosão costeira, a ocupação intensiva da zona costeira e a forte redução do fornecimento de sedimentos ao litoral. Os principais factores responsáveis pela erosão costeira e consequente recuo da linha de costa são a diminuição a quantidade sedimentar fornecida ao litoral, a degradação

antropogénica das estruturas naturais, as obras pesadas de engenharia costeira e a elevação do nível médio do mar. Em simultâneo, com o aumento exponencial da ocupação permanente das zonas costeiras, acrescentam-se dois fenómenos absolutamente incompatíveis: a intensificação da construção no litoral e a amplificação da erosão costeira.

Uma das possibilidades de mitigação deste problema poderá passar pelo conceito de turismo sustentável, adoptando o paradigma da sustentabilidade. Garrod e Fyall (1998) definem o turismo sustentável como "... um enfoque positivo visando minimizar as tensões e os atritos criados pelas complexas interacções entre o trade, os visitantes, o ambiente e as comunidades locais que recebem os turistas. (...) Uma perspectiva que envolve esforço para a longa viabilidade e qualidade dos recursos naturais e humanos".

Com a tendência mundial para o crescimento das populações urbanas, o conceito "ambiente", refere-se cada vez mais a ambiente urbano pois essa é realidade da vida urbana. Esta realidade está exposta aos principais problemas do quotidiano urbano, como os de saúde pública, de mobilidade, ou da exigência de qualidade de vida, e é inegável a necessidade de uma cidade integrada, onde a qualidade da malha arquitectónica, ambiental, funcional e de segurança possa contribuir para vivências positivas.

Requalificar zonas industriais deprimidas (em consequência das deslocações económicas), valorizar frentes de mar e frentes ribeirinhas, património histórico e/ou natural e requalificar cidades de média dimensão, são algumas das linhas mestras orientadoras do reordenamento decorrente do Programa Polis, e das suas respectivas sociedades gestoras. Desta forma, o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Programa Polis) surge como alavanca de orientação destes ideais de habitabilidade urbana e de os tornar concretizáveis, pretendendo-se explorar a identidade própria de cada cidade, havendo desenvolvimento a partir desses pressupostos individuais.

Como ponto de partida para um crescimento racional do sistema urbano nacional, as intervenções nas vertentes urbana e ambiental terão o incremento da atractividade e competitividade nas cidades que se mostrarem mais significativas, dado que na sua maior parte, já sofrem do abandono das funções habitacionais nos centros históricos, da terciarização da economia local, do abandono e degradação de património construído. Surgindo destes problemas estruturais, aparecem problemas sociais como a segregação étnica, racial ou económica, ou como o congestionamento das redes viárias, originado pelos movimentos pendulares das populações.

O capítulo 4 centra-se no caso de estudo, uma zona expectante da zona ribeirinha de Portimão, começando por uma breve caracterização da cidade, do seu crescimento e das suas características, no intuito de melhor compreender o caso de estudo.



Este capítulo, destinado ao caso de estudo - Zona Ribeirinha de Portimão - tem como objectivos, uma aplicação dos conceitos teóricos abordados nos capítulos 2 e 3, procurando criar uma lógica de pensamento que possibilite integrar o conceito de sustentabilidade nas quatro fases do processo de desenvolvimento urbano para um local específico da zona ribeirinha de Portimão. Esta aplicação será mais um exercício académico, do que propriamente uma proposta técnica/profissional, dada a sua complexidade e extensão e porque pretende suscitar uma reflexão crítica.

Deste modo, a proposta para o caso de estudo consistirá na avaliação das potencialidades que a zona em questão poderá ter na possibilidade de criação de um Parque Urbano da Cidade, uma vez que apresenta boas condições de ambiente natural, de ligação e continuação da zona ribeirinha de Portimão, e de ampliar a reduzida área verde da cidade.

A metodologia a aplicar ao estudo da Zona Ribeirinha de Portimão busca, em primeiro lugar, fazer uma breve introdução da história da cidade, em segundo, apresentar a zona em questão, as suas fronteiras, os equipamentos existentes, as ligações viárias com a área de estudo, a análise das propostas existentes de projectos para a cidade de interesse para o caso de estudo e a realização de uma proposta para área em questão.

Segundo o Plano Estratégico do Arade, uma parceria dos municípios de Lagoa, Monchique, Portimão e Silves, pertencentes à Bacia do Rio Arade, a Estratégia de Desenvolvimento Regional para 2007-2013, prevê uma actuação baseada num planeamento integrado que apresente soluções articuladas, com vista a viabilizar a Bacia do Arade nas suas múltiplas potencialidades: “ (...) Procurando tirar partido das condições naturais da Bacia do Arade e da sua ligação ao mar, da presença do plano de água, das potencialidades oferecidas pelos núcleos urbanos que ladeiam as suas margens, do património natural e edificado, a actividade turística pode ser dinamizada com vantagens em termos ambientais e de ordenamento territorial, com benefícios evidentes para os agentes económicos e para as populações.”.

Esta estratégia de desenvolvimento centra-se no aumento da competitividade da actividade turística, procurando a sua diversificação no turismo náutico, ambiental, cultural, no intuito de criar novos factores de atracção e reforçando as vantagens comparativas da Bacia do Arade, dos seus núcleos urbanos e respectivos centros urbanos. É ainda assumida com clareza o apoio a um desenvolvimento sustentável assente numa maior diversificação de actividades, envolvendo um número alargado de parceiros, tanto públicos como privados, uma valorização das manifestações culturais e do respeito pelos valores ambientais e pela identidade local.

A proposta deste caso de estudo vai ter em consideração vários projectos, tanto os inseridos no Plano Estratégico do Arade, como as propostas em estudo pela Câmara Municipal de Portimão, propondo a sua integração no referido Parque Ambiental, acrescentando mais alguns equipamentos de outras áreas temáticas, no intuito de enriquecer este espaço.

Esta proposta tem mais um carácter de reflexão crítica, apresentando apenas a possibilidade de um exercício da primeira fase do processo de Desenvolvimento Urbano Sustentável, a fase de Planeamento Urbano Sustentável. Em relação às restantes fases, não será possível o seu desenvolvimento por conflitos de escala, apresentando-se, resumidamente, as possíveis ligações aos conceitos desenvolvidos para as fases de Projecto de Arquitectura, Construção e Avaliação com esta proposta. Estas fases poderão constituir-se como futuros desenvolvimentos para esta dissertação.

Em relação à fase de projecto desta proposta, englobando tanto os equipamentos propostos como os espaços públicos, como o mobiliário urbano a utilizar, como a iluminação destes, a intenção é a de que se procure a sustentabilidade aos vários níveis de acordo com os conceitos abordados no capítulo 2, procurando otimizar o funcionamento do parque de forma sustentável.

No que diz respeito à fase de construção da proposta, por se tratar de um local relativamente sensível, existem vantagens para uma adopção dos princípios da Construção Sustentável, pretendendo-se a optimização da afectação e gestão dos recursos naturais, reutilizando-os sempre que possível; a reciclagem de materiais; a utilização de recursos recicláveis; a eficiência energética; a protecção dos sistemas naturais e suas funções, durante as actividades, considerando as características ambientais e respeitando os valores ambientais.

A importância que os sistemas de apoio e avaliação da construção sustentável teriam para esta proposta, seria a de haver um compromisso a atingir, podendo este projecto possuir uma estratégia de sustentabilidade, daí que a inclusão destes sistemas no processo desta proposta, teria um efeito positivo tanto ao nível da sustentabilidade dos equipamentos propostos como de certificação ambiental do projecto na sua globalidade.

O capítulo 5, por fim, é destinado às conclusões que se obtiveram após a realização da proposta e à discussão dos possíveis resultados da utilização do processo de Desenvolvimento Urbano Sustentável na qualificação das cidades portuguesas.

Há mais trinta anos, que os princípios do Desenvolvimento Sustentável continuam a não fazer parte do processo de desenvolvimento urbano, estando este ainda muito ligado à componente económica. Não existindo uma única solução, o esforço deve passar por procurar equilibrar as outras componentes, social e ambiental, no planeamento da cidade, sendo uma cidade sustentável, não uma cidade sem conflitos, mas sim, uma cidade que sabe gerir os conflitos.